

RESUMO

O objeto deste artigo é apresentar um estudo realizado sobre a áudio-comunicação dos surdos e o que o leva comportamentos diferenciados; as possíveis interferências da família, e dos profissionais da educação envolvidos com o problema a desenvolver uma didática que os ajudem a conviver, incluir, integrar. Um dos maiores problemas que os portadores de deficiência auditiva enfrenta é o próprio preconceito dentro do seio familiar, a família demora a aceitar quando a criança tem um grave problema, e que precisa de assistência para desenvolver suas potencialidades. Pode-se assim dizer que desde a infância a criança também encontra entraves para seu reconhecimento perante a sociedade. Portanto a audição e a fala contribuem tanto para a aceitação social como para o sentimento de segurança pessoal de cada indivíduo e, ainda, ajudam na aprendizagem. É preciso que nós, principalmente os envolvidos na área educacional estejamos muito atentos à INCLUSÃO, em todos os nossos campos de atuação, porém, com a visão de que é a sociedade que deve dar condições ao portador de necessidades especiais, incluindo-o, envolvendo-o em todos os seus segmentos. Sabemos que a Constituição Federal utiliza o termo integração, por exemplo, no artigo 227, inciso II, mas percebe-se que a intenção, na verdade, é incluir, pois ela exige ações da sociedade visando o acolhimento desse grupo e não que o portador de deficiência venha se adaptar. Não há o que ser adaptado, pois não se adapta o que já deve fazer parte, apenas se oferece condições para que não ocorra a exclusão. É isso o que a legislação pretende, cabe agora fazermos o nosso papel, não como simples "fiscais da lei", mas como pessoas que sabem que TODOS têm muito a ganhar numa verdadeira sociedade inclusiva. Considerando o acima exposto é que surgiu a curiosidade em descobrir o porque da dificuldade de interagir dos deficientes auditivos consigo mesmo e com a sociedade em geral, mais especificamente nas escolas.

INTRODUÇÃO Vivemos um momento histórico no mundo hodierno caracterizado por rupturas, crises, e uma grande estigmatização, bem como um desenvolvimento acelerado da ciência o que faz surgirem novas e imensas oportunidades.

O ser humano percebe tudo através de seus sentidos, ainda assim a pessoa é muito mais do que o simples somatório dos mesmos. A perda de um sentido não diminui a pessoa, mas sim potencializa os outros sentidos, portanto o surdo está privado do sentido da audição que lhe proporciona informações referentes ao ambiente em que convive, esta privação provoca o "isolamento", pode-se dizer até que provoca um sistema de clausura, em que o indivíduo se fecha em torno de si ou de outros que tenham a mesma deficiência, por ele apresentar problemas de comunicação torna-se uma pessoa difícil e irritada, onde acha que a sociedade tem que girar em torno de si.

Deve-se apresentar e colocar para estes deficientes que eles são pessoas normais que apesar de terem uma deficiência possuem outros sentidos aguçados e que devem aproveitar este dom para poderem se comunicar perante a sociedade em que convivem.

Neste contexto a presente pesquisa tem como principal meta compreender como ocorre a aquisição da linguagem, partindo da educação auditiva, isto é, do aproveitamento da audição residual, seguindo uma metodologia adequada e sistemática, onde será analisado o trabalho

pedagógico especializado que será necessário para que ocorra a acessibilidade.

Brito (1999) afirma que a maioria dos estudos realizados no Brasil sobre a deficiência auditiva tem como foco a abordagem da análise etiológica e/ou da avaliação de métodos terapêuticos e filosofias de comunicação utilizadas na prática educacional desses indivíduos.

No entanto, faz-se necessário conhecer a dinâmica de funcionamento das famílias no período inicial, após o nascimento da criança, ou após o evento que a tornou surda, e durante todo o processo de adaptação à nova situação, focalizando como evoluem as interações e as relações entre a criança surda e todos os membros de sua família. Obviamente, isso constitui um desafio que precisa ser enfrentado pelos pesquisadores que têm a família como sua unidade de estudo.

A inclusão do deficiente deve ocorrer em todos os segmentos societários, mudando-se o significado de Educação Especial (que nada mais é do que um termo pejorativo) para educação Inclusiva que a partir do próprio nome já diz que é a inclusão do deficiente no dia a dia de nossa sociedade.

A partir da educação auditiva a criança deficiente, descobre primeiro que, ainda tem um potencial auditivo (mesmo reduzido) e vai aprender a usá-lo, assim deverá ser associado este potencial ao ensino conjunto da escrita, com esta associação deverá começar a formar frases e desenvolver potencialmente a linguagem escrita, levando assim a inter-relação maior, entre o indivíduo e a sociedade.

É na atitude da família e de educadores que a criança se espelha para enfrentar as dificuldades sociais.

As escolas precisam abrir espaços para que os surdos realizem suas próprias elaborações, compartilhem suas dúvidas e descobertas. Só assim, será possível se perceber em que consiste a diferença e, a partir daí, como trabalhá-la assumindo o conflito, trazendo à tona a necessidade de novas construções políticas, lingüísticas e pedagógicas na educação de surdos.

A atual política nacional de educação preconiza a educação inclusiva, fazendo com que todos os educandos participem do ensino regular, também portadores como necessidades especiais. Essa política já está sendo expressa desde a Declaração de Salamanca, resultado de uma conferência internacional realizada em Salamanca na Espanha (1994) com entidades governamentais, com diversos países.

Segundo Batista (1994, p.24), esse documento não revela com exatidão seu objetivo, é dissimulado por um discurso humanitarista, embora reconheça que o alto custo das escolas especiais, transfere entretanto à sociedade civil esse ônus. O autor concentra sua análise sobre o poder de argumentação, posto que tal documento, no convencimento da importância do apoio da comunidade, afirma que essas formas de atendimento referem-se a questões de solidariedade. Mas uma análise mais crítica logo evidencia as preocupações de transferências do ônus financeiro.

O direito da acessibilidade e comunicação dos surdos: uma integração possível

Escrito por Rosi Mari de Souza Bruneli
Qui, 15 de Dezembro de 2005 21:00

Embasada nessa declaração a Secretaria de Educação Especial do Ministério de Educação e Desportos do Brasil divulgou em 1994 a Política Nacional de Educação Especial que orientará a prática desse ensino especializado no território brasileiro.

A Educação Especial se beneficia para a garantia e melhoria da qualidade de ensino e atendimento pelas Leis:

4024/61 e 5692/71 - Art. 1º ao 9º;

Na Constituição Federal art. 203 - 205 - 208 e 227;

Lei 7853/89 que estabelece os Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência;

Lei 8069/90 que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A garantia da seguridade educacional aos portadores de necessidades especiais recebe um capítulo na Lei 1258/88.

No Estado do Paraná, a Educação Especial além de contar com a Constituição Estadual tem uma legislação específica a obedecer, da qual se destacam: Deliberação 030/80, Deliberação 025/84, Deliberação 020/86, Deliberação 023/86, Deliberação 033/87, Deliberação 013/90, Resolução 963/93, Resolução 964/93, Decreto 2325/93 e a Resolução 964/93 e a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96.

É eminentemente um problema educacional também no que se refere à educação da população comum para aceitar e criar condições à integração do excepcional dentro da comunidade, criando assim possibilidades de realização profissional ao nível da capacidade e possibilidade de atuação de cada indivíduo portador de Deficiência.

Os objetivos da Educação Especial não diferem dos objetivos da educação normal: a diferença está sim na abordagem, nos métodos e processos, no trabalho individualizado e no ritmo de desenvolvimento da programação. Além desses, a Educação Especial deve ainda buscar: o desenvolvimento global das potencialidades dos alunos; Incentivo à autonomia, cooperação, espírito crítico e criativo da pessoa portadora de necessidades educativas especiais; preparação dos alunos para participarem ativamente no mundo social cultural dos desportos das artes e do trabalho; freqüência à escola em todo o fluxo de escolarização, respeitados os ritmos próprios dos alunos; atendimento educacional adequado às necessidades especiais do aluno, no que se refere a currículos adaptados, métodos, técnicas e material de ensino diferenciados, ambiente emocional e social da escola favorável a integração social dos alunos, pessoal devidamente motivado e qualificado.

A Educação Especial para surdos visa desenvolver o indivíduo no seu todo, despertando o senso crítico, o espírito cooperativo, normas de convivência em sociedade e consciência de seus direitos e deveres sociais para que o mesmo possa ser capaz de conquistar espaços, "não basta ensiná-lo ao máximo nos limites de suas possibilidades, é preciso criar, para ele e com ele novas possibilidades". Klein, apud SEED/DEE (1994, p. 90)

As propostas educacionais devem ser estruturadas para atingir o desenvolvimento das capacidades dos educandos em diferentes práticas pedagógicas dentro de suas limitações.

O objetivo maior das competências é fazer com que o surdo ao final de sua escolarização

fundamental esteja apto a ler e escrever de maneira satisfatória, e que os surdos tenham uma expectativa para o futuro de prosseguir nos estudos cursando uma faculdade e com apoio de seus familiares e professores incentivando-os eles podem vir a superar esses obstáculos e venham a se realizar pessoalmente, profissionalmente e intelectualmente.

Contextualização histórica dos portadores de necessidades especiais

Nas sociedades antigas era normal o infanticídio quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou esta prática, mas por outro lado, acalentou a idéia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas. Considerou-as possuídas pelo demônio e outros espíritos maléficos e submetia-as a práticas de exorcismo.

Nos séculos XVI e XVII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicômios, prisões e outros tipos de investigações estatais.

Podemos situar os primórdios da Educação Especial pelos finais do século XVIII. Esta época é caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente.

Para mudar esta situação começaram a surgir as primeiras experiências positivas: O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584), que em meados do século XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito ele é reconhecido como iniciador do ensino para surdos e criador do método oral.

A primeira escola pública para surdos foi criada pelo abade Charles Michel de L' Epée(1712 -1789) em 1755, tendo-se rapidamente convertido no Instituto Nacional de Surdomudos.

Em 1784, Valentin Haury (1745 -1822) criou em Paris um instituto para crianças cegas, onde o criador do sistema Braille foi aluno.

No final do século XVIII e início do século XIX inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, e é a partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial.

Ao estudar a História da Educação no Brasil, constatamos que o país sempre teve dificuldades na educação de sua população. Apesar das dificuldades é preciso considerar que as iniciativas de Educação Especial, começaram ainda na época do Brasil-Colônia.

Durante o Segundo Império, em 1854, foram criados no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente o Instituto Benjamim Constant, e dois anos depois, em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, atual I.N.E.S. (Instituto Nacional de Educação de Surdos). No final do Império e começo da República, havia no país seis instituições que atendiam deficientes físicos, auditivos e visuais.

O ano de 1961 constitui-se num marco importante na história da Educação Especial do Paraná quando pela primeira vez na legislação educacional, a Educação Especial foi contemplada com alguns artigos da Lei 4.024/61, que estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No decorrer de 1971, a Secretaria de Estado da Educação (SEED) foi reestruturada, em consequência da Lei 5.692/71, quando então o Serviço de Educação de Excepcionais passou a ser dominado pelo Departamento de Educação especial (DEE). Esse departamento se estruturou de forma setorializada, compreendendo a direção, o setor administrativo e os setores específicos, que atualmente constituem os Serviços de Educação de Deficiência Auditiva, de Deficiência Física, de Deficiência Mental, de Deficiência Visual, altas habilidades e, mais recentemente, de condutas Típicas e o Grupo de Apoio à Profissionalização. Incentivo maior deverá ser destinado ainda aos programas de atendimento aos portadores de múltiplas deficiências e distúrbios de aprendizagem, exigindo da SEED/DEE estudos e empenho no sentido de implementar recursos físicos, materiais pedagógicos e de capacitação de recursos humanos, visando à criação e expansão do atendimento e esses educandos em âmbito estadual.

Os trinta anos de construção histórica caracterizam-se, sobretudo, pela caminhada conjunta do Departamento de Educação Especial com os portadores de necessidades especiais e seus familiares, na busca da garantia dos direitos educacionais, sociais e da integração nos contextos sócio-econômico, político e cultural.

As Escolas Especiais no Paraná são numerosas e constituídas, predominantemente, por Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), cujo movimento foi iniciado a partir da década de 60, com a criação da primeira entidade de Curitiba e a subsequente expansão rumo ao interior do Estado. A elas se deve a introdução e difusão das metodologias voltadas à educação escolar dos portadores de deficiência.

A preocupação com a educação escolar sistematizada no âmbito da escola pública conta apenas com três décadas de existência efetiva no cenário brasileiro e paranaense e determinar que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou lingüísticas e isso inclui toda e qualquer escola desde as grandes capitais até os mais simples bairros do interior, todos devem estar empenhados nesta, bem como o envolvimento de toda a nossa sociedade.

Breve perspectiva histórica da educação do aluno surdo É fundamental conhecer um pouco da Comunidade Surda brasileira e sua evolução do processo cultural e educacional. No Brasil o desenvolvimento dos trabalhos com surdos surgiu em 1855 com a chegada ao Brasil do francês Ernest Huet, portador de surdez congênita. O Ex-Diretor do Instituto de Surdos de Paris trouxe sua experiência de Mestrados e cursos, a fim de comprovar a capacidade do surdo na área de Educação.

Seus trabalhos contaram com o apoio de Dom Pedro II, que ajudou a colocar em funcionamento o Instituto de Surdos Mudos, a princípio instalado no Centro do Rio de Janeiro. Mas o francês só alcançou seu objetivo em 26 de setembro de 1857, com a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, atualmente em Laranjeiras, no Rio de Janeiro.

Através dos ensinamentos de Huet, a Língua de Sinais se difundiu e desenvolveu no Brasil. Durante anos o INES foi a única Escola Especial para surdos. Tanto assim que até hoje é

considerada importante referência educacional.

Mesmo com todos esses avanços, em 1880, após o Congresso Mundial de Surdos, na Itália, os surdos do mundo inteiro enfrentaram grandes problemas com a imposição do oralismo. De 1923 a 1929, surgiu a Associação Brasileira de surdos e houve grande mobilização pelo direito de um ensino em Língua de Sinais. Mesmo no INES durante muito tempo a metodologia oralista predominou e desencadeou uma série de divergências entre surdos e profissionais

Com o tempo o movimento em defesa do surdo ganhou força, e mesmo durante o período de ditadura militar os surdos lutaram por maiores condições e qualidade de vida. Em 1971, foi fundada a Federação Brasileira de surdos, entidade não legalizada, presidida pelo Monsenhor Vicente de Paula Burnier. Só em 1977 foi criada a FENEIDA, Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos, composta apenas por ouvintes envolvidos com a problemática da surdez.

Em 1983, a comunidade surda criou uma Comissão de Luta pelos Direitos dos surdos, uma entidade não legalizada, com trabalho significativo, porque buscava os direitos dos surdos como cidadãos.

Esta Comissão reivindicou a participação efetiva da pessoa surda como membro da Diretoria da FENEIDA, o que foi negado por não se acreditar na competência do surdo dirigir uma entidade. No entanto, a Comissão formou chapa e conquistou em Assembléia Geral a presidência por um ano. Foi reestruturado o estatuto e a Entidade ganhou a denominação de FENEIS em nova Assembléia Geral em 16 de maio de 1987. Após eleição, a Sra. Ana Regina e Souza Campello, Coordenadora da Comissão de Luta pelos Direitos dos Surdos assumiu a Presidência da FENEIS juntamente com outros membros da Comissão, como o Fernando de Miranda Valverde e Antônio Campos de Abreu.

A CORDE, Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadora de Deficiência, ligada ao Ministério da Justiça, (que presta assistência nos diversos setores da sociedade, elaborando e encaminhando leis, aprovando projetos e oferecendo apoio às Entidades representativas da área de deficiência) incentivou a iniciativa de convênio com a DATAPREV S/A para a inserção do surdo no mercado de trabalho. Foram então contratados os primeiros surdos através da FENEIS que com isso vem conseguindo se manter administrativa e financeiramente.

No século XVIII, encontramos, na França, dois eminentes professores de surdos. Jacob Rodrigues Pereira (1712 -1790) e o abade Charles Michel de l'Epée (1712-1789). De l'Epée trabalha ministrando educação religiosa a duas irmãs surdas, utilizando a língua de sinais usada pelos surdos em Paris. Acreditava que este instrumento lingüístico fosse o veículo natural de aquisição de conhecimentos e de comunicação pela pessoa surda. Seu trabalho, no entanto, sofreu severas críticas dos educadores oralistas alemães, entre eles Sammuel Heinicke (1729-1784).

As disputas e discussões sobre a utilização da fala ou da língua de sinais encontraram um campo fértil nos séculos XIX e início do século XX, nos Estados Unidos, principalmente na

disputa entre Edward Gallaudet (1837-1917) e Alexander Graham Bell (1847-1922), ambos filhos de mães surdas. Gallaudet, defensor da abordagem oral-manual tornou-se presidente da primeira universidade para surdos dos EUA, Gallaudet College, e Bell, além de importantes contribuições à educação do surdo, recebeu sua patente pela invenção do telefone (a princípio, um equipamento voltado à educação do surdo).

Nos anos 60, inicia-se um movimento pelo resgate da língua de sinais, de forma bi-modal, como uma língua de instrução, através da Filosofia da Comunicação Total. Nos anos 80 e 90 inicia-se um movimento reivindicatório dentro da comunidade surda advogando a primazia da língua de sinais na educação dos surdos concomitante com o aprendizado da linguagem oral, de forma diglôssica (duas línguas independentes, ensinadas ou praticadas em momentos distintos).

Conceito da deficiência auditiva

A surdez é a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons. Existem muitas crianças que podem ter nascido com deficiência ou ter perdido a audição após o nascimento. Dependendo do grau a criança poderá adquirir uma linguagem com apenas alguns defeitos, uma comunicação muito limitada, podendo ainda não chegar naturalmente a oralização se a perda for mais grave.

É importante que a aceitação comece na própria família, onde a criança precisa receber muito amor, compreensão e ajuda para vencer as limitações impostas pela deficiência; se isso não acontecer poderá ter sérios problemas emocionais.

Diante desta necessidade a criança deficiente deverá receber uma educação especializada na qual deverá começar o mais cedo possível.

Principais exames para diagnosticar a deficiência auditiva

- Audiometria tonal de limiares, este método exige do paciente que informe se está ou não ouvindo o som que é enviado do audiômetro (aparelho para realizar a testagem) por este motivo a técnica pede um nível mental mínimo equivalente a sete anos de idade.

- Audiometria Infantil é realizada na faixa de 0 a 7 anos de idade que por motivos diversos, não permite a realização do exame tradicional. Ela pode ser dividida em dois tipos:

- Audiometria condicionada é uma forma de testagem na qual são adotados procedimentos especiais como jogos, técnicas e brincadeiras que acabam por facilitar a obtenção de respostas.

- Audiometria de reflexos incondicionados é usado em crianças muito pequenas, e objetiva o estudo das reações reflexas diante dos estímulos sonoros lançados por alto-falante, colocados próximos ao paciente.

- Audiometria Vocal é um tipo de exame que sempre acompanha as demais formas de audiometria, testa a capacidade de discriminação do paciente diante de uma lista de palavras. Os resultados são geralmente bons, mas para quem vai trabalhar com crianças com surdez profunda não é tão recomendado.

- Impedanciometria técnica especial que estuda o ouvido médio, particularmente o seu estado e o reflexo estapédico.

Os exames para avaliação de uma deficiência auditiva não deveriam ser realizados nos casos em que é bem visível a ausência de respostas ao som por parte da criança. Dizemos que a obrigatoriedade começa quando existir uma gestação, parto e pós-parto que apresentem, prováveis agentes etiológicos, pois ainda que a criança não seja surda, estamos prevenindo futuros problemas.

Abordagem metodológica no trabalho com o surdo

Existem diferentes formas de se pensar e defender as mais variadas metodologias com relação ao problema da surdez. As divergências entre as metodologias para se reabilitar o surdo sempre existiram, e são estas diferenças que fazem fluir novos pensamentos, pesquisas e assim novas possibilidades de melhorar a qualidade de educação.

Em educação não há melhor método, há sim, educadores competentes que buscam sempre o que é melhor para criança, partindo do conhecimento das dificuldades e necessidades de cada uma.

O mais importante é aceitar as pessoas surdas como sendo diferente das ouvintes e precisando serem educadas para desenvolverem suas potencialidades. É conhecendo a potencialidade e as dificuldades de cada pessoa surda que se deve escolher qual método é o melhor para a mesma.

A família é peça essencial na construção do surdo que não há metodologia, aparelho auditivo, implante coclear, nem profissional que possa exercer a função dos pais na vida do deficiente auditivo.

Precisamos pensar em fazer do deficiente auditivo um cidadão independente, com desejos próprios sem se sentir inferior porque não escuta ou não tem uma voz bonita. A língua de sinais não é inferior é sim uma língua que ajuda a pessoa portadora de surdez a entender mais rapidamente o mundo do ouvinte, e se faz com que se sinta respeitada na sua diferença.

Um dos grandes desafios é manter a busca incessante da compreensão do mundo em que os portadores de surdez estão inseridos, que é diferente do mundo dos ouvintes.

Respeito à diferença, buscando enfrentar este desafio de ocultar as pessoas como elas são e não como queremos que elas sejam.

Os exames para avaliação de uma deficiência auditiva não deveriam ser realizados nos casos em que é bem visível a ausência de respostas ao som por parte da criança. Dizemos que a obrigatoriedade começa quando existir uma gestação, parto e pós-parto que apresentem, prováveis agentes etiológicos, pois ainda que a criança não seja surda, estamos prevenindo futuros problemas. Outro caminho importante que os pais devem observar é a evolução do processo de linguagem.

Logo após o diagnóstico os pais devem providenciar o quanto antes o atendimento de acordo

com o grau de surdez; tendo já adquirido a linguagem, o mais necessário será fazer imediatamente a adaptação da prótese otofônica.

Todos os casos de surdez precisam de atendimento especializado, seja clínico, cirúrgico ou reeducação, sabendo que cada caso deverá ser analisado e orientado de acordo com suas necessidades individuais. Outro caminho importante que os pais devem observar é a evolução do processo de linguagem.

O desenvolvimento da linguagem

Desde a mais antiga história da humanidade, o homem sentia necessidade de se comunicar, para poder se expressar e sobreviver, e, para tal, desenvolveu gestos e sons. Assim, a comunicação, o entrar em contato com o outro e o meio, passa a ser uma necessidade humana vital, que se efetua através da linguagem.

No desenvolvimento da história, o homem criou os diferentes tipos de linguagem que se adaptavam ao seu modo de vida e às suas necessidades. Surge, então, a linguagem pictórica, a gestual, a escrita, a corporal e a oral, sendo esta última considerada uma das mais importantes formas de interação entre os homens.

A comunicação é muito mais do que simplesmente falar podemos dizer que ela é uma condição de existência. Partindo desta interpretação, podemos considerar que todo ser humano é inesgotável de recursos, verbais e não verbais, não existindo ponto de parada. Através de suas formas de expressão, o indivíduo se constitui e transforma o meio em que vive, produzindo, assim a história.

Diversas ciências vêm estudando a linguagem e entre elas está a Fonoaudiologia, que se preocupa, em especial, com a linguagem oral e a escrita, abordando seus aspectos normais e patológicos, sempre visando o indivíduo como um todo, de uma forma integrada.

Monteiro (1997:8) ao referir-se a linguagem diz o seguinte:

... "A linguagem é um instrumento de comunicação e está ligada ao pensamento. Só haverá comunicação quando a linguagem é compreendida e tiver significado. O meio social vai influenciar muito na linguagem e está presente em todas as atividades, porque é significativa, quando comunica, quando a pessoa percebe e compreende o que foi dito. Então há necessidade de um ensino sistemático, o aprendiz deve estar preparado para ver, ouvir, falar e ler".

A linguagem está intimamente ligada a outros aspectos do desenvolvimento humano. Pensamento é idéia e linguagem é representação da idéia. Assim sendo, os dois se completam. Linguagem é o processo de transformar as idéias, os pensamentos em palavras. A linguagem é o meio de perpetuação da cultura.

A deficiência auditiva e suas implicações para o ensino da linguagem oral e escrita

A comunicação utilizada pela sociedade é feita fundamentalmente por meio da linguagem oral

O direito da acessibilidade e comunicação dos surdos: uma integração possível

Escrito por Rosi Mari de Souza Bruneli
Qui, 15 de Dezembro de 2005 21:00

e escrita, cuja aquisição é dificultada pela deficiência auditiva, trazendo conseqüências, principalmente em relação à compreensão de processos mais abstratos.

Por ser a linguagem o principal veículo de interação social, sua ausência interfere de modo significativo no desenvolvimento comportamental do indivíduo e deve ser levado em conta no processo de educação dos portadores de necessidades especiais.

Nem sempre a linguagem foi considerada fator determinante na formação dos processos mentais da criança, mas Vigotsky (1897-1934), formulou a primeira teoria, segundo a qual a aquisição da linguagem atuaria de maneira decisiva na estrutura do pensamento.

A partir daí, novas teorias defenderam a idéia de que a linguagem possibilita ao ser humano ir além da percepção direta e visual na análise dos dados, relacionando os objetos percebidos, tornando possível à organização de sua conduta não apenas pela situação visualizada, mas levando-o a uma reflexão mais profunda do mundo que o cerca.

Existem inúmeras formas de expressar a linguagem, destacando-se, entre outras, a falada, a escrita e a gestual, podendo o portador de deficiência mental fazer uso de algumas delas ou até de outras formas não convencionais.

De maneira geral, a criança, o jovem e o adulto com deficiência auditiva possuem dificuldades variadas no desenvolvimento da linguagem. É importante estar atento a este fato desde o primeiro contato com estes. Quando antes for criado um ambiente propício para favorecer a evolução da linguagem melhor será o futuro.

A linguagem, como instrumento básico de progresso e cultura, ajuda no ajustamento do indivíduo em seu grupo social, resolvendo problemas sócio-econômicos e culturais do país.

O desabrochar para este mundo é colorido tanto de sensações e percepções quando de vivências muito ricas. Tratando-se de crianças portadoras de deficiência auditiva, estas terão um desenvolvimento global mais lento, este desabrochar será igualmente lento e a organização da linguagem se processará paulatinamente de acordo com o desenvolvimento geral.

Com relação à aquisição da leitura e da escrita por crianças surdas, é possível adotar uma concepção que postule como ponto central à participação efetiva nas atividades em que ler e escrever estão inseridos, propiciando a postura de leitor nos alunos deficientes auditivos, criando assim uma maior interatividade entre deficiente e sociedade, através de perguntas os professores devem incentivar os alunos, a produzirem pequenos relatos, os quais são escritos pelos professores, em "português", na lousa; os professores fazem assim o papel de escriba, escrevendo os relatos que as crianças apresentam em língua de sinais, levando assim a uma interação entre a língua de sinais e a língua portuguesa.

A interação com outros, não deficientes, leva o aluno a ter um bilingüismo, ou seja, a duas formas de comunicação, podendo assim comunicar-se com perfeição tanto oralmente com seus pares como literalmente com toda a sociedade em si.

Portanto, concluí-se que jamais encontraremos uma receita pronta e certa para se ensinar, principalmente alunos portadores de necessidades educativas. De nada adiantará um número de informações e proposições, sem que estes estejam implicados no processo. E o portador de deficiência auditiva é um ser que merece respeito, atenção e qualidade de ensino para superar suas dificuldades, integrando-se, da melhor forma possível na sociedade em que convive.

A língua de sinais

Na perspectiva bilíngüe a língua de sinais é considerada a primeira língua do surdo, e a língua escrita e ou oral da comunidade a qual ele pertence à segunda, ou seja, respeita-se a língua de sinais como língua mãe da comunidade surda e ensina-se a língua pátria como segunda língua. Assim sendo a aprendizagem da língua dos grupos majoritários, permitirá uma maior integração do surdo à comunidade.

Portanto, isto posto, parte-se do princípio de se utilizar a modalidade pedagógica chamada "bilingüismo". Fernandes (1989) afirma que o bilingüismo vem seguindo no meio da comunidade de surdos e especialistas na área como a ultima palavra em educação. Educação com bilingüismo é uma proposta de educação onde se atua com a possibilidade de integração do individuo ao meio sócio cultural naturalmente pertencente, ou seja, as comunidades de surdos e ouvintes.

Educar com bilingüismo é cuidar, para que, através do acesso a duas línguas se torne possível garantir que os processo naturais de desenvolvimento do individuo nos quais a língua se mostre instrumento de desenvolvimento do mesmo. Portanto a educação com bilingüismo é uma garantia de uma melhor possibilidade de acesso à educação e isso exigirá em principio que os profissionais dominem a língua de sinais e que o surdo venha dominar a língua portuguesa como segunda língua.

Evidentemente temos consciência que ainda não é possível implantar um ensino do bilingüismo em toda sua extensão, pois temos no Brasil um número muito reduzido de profissionais que dominam a língua brasileira de sinais. Uma proposta de educação com bilingüismo sóciopolítico-acadêmico, no entanto, lutará para que essas condições se estabeleçam o mais brevemente possível, cuidando que seus profissionais tenham acesso a Libras e passem a usá-la com competência.

A aplicação do modelo de educação bilíngüe não é simples, exigindo formação adequada dos profissionais, vontade política das instituições envolvidas, presença de instrutor surdo especializado.

A participação de professores surdos é vista como necessária para a maioria das equipes de implementação, mas tais recursos humanos estão pouco disponíveis. A um professor ouvinte é necessário a presença de um interprete na aula, possibilitando aos surdos acesso ao conhecimento.

O interprete deve conhecer com profundidade a língua mãe, o que vai facilitar sua atividade e também deve dominar a língua fonte, o que vai permitir a compreensão das intenções do autor, encontrando os termos equivalentes possíveis durante o ato interpretativo.

Alguns documentos produzidos por parte da comunidade surda e alguns lingüistas, encaminhados em 1999 ao Ministério da Educação, advogam entre outros pontos, o "reconhecimento da língua de sinais como língua da educação do surdo em todas as escolas e classes especiais de surdos". Esta posição deve ser analisada em algumas particularidades sem o que tenderíamos a cair na ficção.

Existem hoje inúmeros surdos adultos que freqüentaram escolas oralistas e que, tendo tido acesso a inúmeros fatores indicativos de sucesso como diagnóstico precoce, protetização precoce, participação efetiva da família, intervenções fonoaudiológica e psicopedagógica de boas qualidades e realizadas desde o início do diagnóstico, entre outras condições, apresentam ótimo desenvolvimento da linguagem, da comunicação, da aprendizagem e efetivamente se tornaram independentes e auto-mantidos através de emprego remunerado.

Uma segunda análise passa pelo desenvolvimento neuro-psico-lingüístico do surdo e do ouvinte. Existe um período no desenvolvimento da criança ouvinte, do 0 aos 3 anos de idade, onde a criança apresenta mais apropriadas prontidão e adequação neuro-psicológica para adquirir a fala. Se, como sabemos, 96% das crianças surdas são portadoras desta condição de forma adquirida, ou seja, tornaram-se "não ouvintes" por doenças infectos contagiosas, traumatismos, pré-maturidade, elas estariam nesta época, dos 0 aos 3 anos, atravessando um período favorável à aquisição da fala.

Quando uma criança nasce com deficiência auditiva, pode-se dizer que nasceu com os limiares absolutos diminuídos. Podendo ser vista como colocado anteriormente de surdez leve, média, severa e profunda, mas pesquisas comprovam que mesmo nos casos de surdez profunda restará intacta a capacidade de discriminação dos sons.

Com base nesta constatação, isto é, que uma pessoa, mesmo caracterizada com surdez profunda, pode aprender a perceber e discriminar alguns sons por da metodologia audiofonatória, cujo objetivo é que as crianças possam chegar a à linguagem oral, por um processo mais natural, partindo da audição, como faz a criança que ouve. Isto despertará na criança a necessidade de se expressar, de se comunicar, partindo do ambiente que a rodeia, uma vez que experiências significativas que favorecem a compreensão e recepção lingüística. O trabalho de estimulação auditiva é demorado e os resultados não aparecem logo, o processo é longo, sistemático, porém para a criança tem-se a impressão de que tudo constitui uma brincadeira, onde com o passar do tempo ela vai descobrindo sons e novas oralidades.

A área da deficiência auditiva e a sua educação

O atendimento especializado é efetivado através de programas orientados do ensino e da aprendizagem, criteriosamente organizado para suprir as necessidades especiais dos educandos, que levam em conta as especificidades quanto ao grau da deficiência, à faixa etária e à caracterização biopsicosocial, sendo desenvolvido em escolas especiais, salas e classes especiais na rede pública de ensino e atualmente dando ênfase maior ao processo da inclusão.

A integração dos portadores dessa deficiência na escola regular não tem sido fácil, principalmente para os educandos portadores de deficiência auditiva, que embora formem

grandes contingentes de portadores de deficiências existente são, talvez, os mais desvalorizados, em decorrência da supervalorização das habilidades intelectuais pela sociedade.

À medida que as pessoas com deficiências auditiva estão se integrando gradativamente à vida comunitária (embora também enfrentando dificuldades e barreiras), ainda persistem, em grau mais elevado, preconceitos em relação àquelas que possuem outras deficiência. Essas, quase sempre, vivem muito isoladas em suas casas ou instituições, não são ouvidas em seus interesses e necessidades, sendo sempre representadas por familiares, responsáveis ou pelas pessoas especializadas com as quais convivem.

Quando a criança é bem estimulada nos primeiros anos de vida e freqüenta, depois, uma escola que lhe dê oportunidade de realizar trocas significativas, que lhe proporcione oportunidades de aprendizagem por meio de atividades que estimulem capacidades que permaneceram escondidas, latentes, apesar de ser considerada como portadora de deficiência, essa criança tende a apresentar avanços facilmente constatáveis, não só no aspecto intelectual, mas também no tocante às áreas sociais e afetivas.

Acredita-se que a dificuldade de aprendizagem seja uma inadequação da criança à rotina escolar, à sistematização do ensino ou à aprendizagem sistemática, decorrente de distúrbios diversos. Estes distúrbios podem ser entendidos como perturbações de ordem orgânica (biológica ou neurológica), psicológica, pedagógica, socioeconômica e cognitiva. É preciso perceber que a escola é mais do que um espaço físico que abriga crianças. É um espaço para a educação, para a valorização do ser humano. O professor por sua vez desempenha papel fundamental na vivência do aluno. Ele precisa ter consciência da sua importância no processo da formação do indivíduo e em contrapartida, os pais também devem contribuir neste processo.

O trabalho pedagógico especializado considerado necessário para que ocorra o desenvolvimento da linguagem oral inicia-se com uma rápida apreciação dos métodos que tem sido, utilizados para educação dos surdos.

A maioria das pessoas desanimam de ensinar linguagem oral aos surdos, porque acham que eles não entendem nada quando lhes falam. É claro, que no início isso demora, podem precisar dias e até semanas, só a partir daí começa o seu interesse pela linguagem de compreensão. À proporção que a audição é estimulada, a criança começa a ter mais facilidade para compreender, e conseqüentemente começa a emitir alguns sons.

A FAMÍLIA NO CONVÍVIO COM A CRIANÇA SURDA

Os estudos envolvendo a família, nos últimos anos, têm recebido grande atenção e investimento humanas e sociais, mas também da saúde, tendo sido verificado que a família tem papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e também na manutenção da saúde de seus membros, não somente em decorrência do cuidado constante que ela despense no dia-a-dia, mas ainda, principalmente, em casos de doença, ocasião em que seu envolvimento revela a possibilidade de maior sucesso no tratamento e na recuperação, quando é incentivado e valorizado seu potencial, seja apoiando, orientando ou ajudando a cuidar do paciente .

Porém, além de toda instrumentação teórico-prática, o profissional precisa de uma aproximação efetiva com a família, para poder conhecer sua realidade e suas necessidades, a fim de promover uma melhor adequação do cuidado a ser oferecido.

É essencial que o profissional conheça a realidade e as necessidades de cada família para que, de fato, a assistência caminhe em direção aos anseios das demandas de cuidado. É importante perceber a família, em sua dinâmica, como uma configuração na qual um conjunto de forças se completa e se sintoniza em constante dialética, e que essas forças serão ainda maiores se estivermos lidando com a dinâmica de uma família que possui uma criança deficiente.

A família pode ser concebida como uma unidade singular interposta entre a cultura individual e a coletiva, filtrando as influências culturais mais amplas em função de suas próprias regras culturais e sociais, seus valores e crenças. Trata-se, portanto, de um grupo constituído de várias personalidades que interagem entre si.

Gomes (1994), ao descrever a família, coloca-a como agente primário de socialização. Destaca que cada família possui valores, crenças e costumes que muitas vezes são transmitidos de geração para geração, e isso deve ser considerado pelo profissional que vai atuar com ela, porque a determinação e o (re)conhecimento da doença podem estar pautados nesses valores.

Ainda Powell (1992) considera a família como um grupo primário de nossa sociedade, dentro do qual o ser humano se desenvolve. É na interação familiar que, desde muito cedo, vai configurando-se a personalidade do indivíduo e é nessa interação que se determinam as características sociais, éticas e morais da comunidade adulta. Para o autor, é possível compreender muitos dos fenômenos sociais ao analisarmos as características das famílias. Quando uma das características familiares é possuir um membro portador de deficiência, algumas considerações são importantes.

As mudanças ocorridas na família com a chegada de uma criança deficiente não implicam apenas adaptações internas; elas interferem também no desenvolvimento das relações sociais e de lazer, tornando o convívio social bastante restrito. Como afirma Lora (1984), por meio do resultado de suas pesquisas que as famílias de surdos parecem manter um cotidiano restrito e que a principal atividade de lazer é assistir televisão (64%), enquanto apenas 28% participa de contatos comunitários.

Powell (1992), Góes (1999) são unânimes em afirmar sobre a importância de atividades e brincadeiras que favoreçam a interação, e que os pais podem e devem estimular atividades que efetivamente oportunizem o contato do filho com outras crianças e adultos. Para os autores, uma palavra-chave para o desenvolvimento da criança deficiente é INTERAÇÃO, não só na escola, mas principalmente fora dela. Neste sentido, a atitude dos pais em favorecer cada vez mais contatos a seu filho é fundamental para minimizar as dificuldades da segregação e do preconceito que, em muitos casos, são alimentados dentro da própria família.

De acordo com Lima (1999) a falta de comunicação pela utilização de línguas diferentes e a

resistência de alguns pais para usarem a Libras, refletem, em certa medida, a não aceitação da surdez, gerando uma infinidade de conflitos que, por sua vez, refletem-se na vida das crianças surdas.

Os efeitos da restrição das experiências de linguagem confirmada por Góes (1999) são geralmente associados a estereótipos da pessoa surda, caracterizada como aquela que tem apenas pensamento concreto, elaboração conceitual rudimentar, baixa sociabilidade, rigidez e imaturidade emocional, entre outros.

Porém Brito (1999), declara que quando a criança tem um bom nível de linguagem, seja oral ou gestual, e quando os seus outros colegas surdos também utilizam essa linguagem, o tipo de relação e a frequência com que se estabelecem é bem semelhante ao que ocorre entre duas crianças ouvintes.

É importante ressaltar que, em alguns casos, os pais revelam que incentivam a oralidade para que seus filhos possam se relacionar com outras pessoas e em outros ambientes que não a escola.

A escola, por sua vez, aparece como um elemento facilitador no enfrentamento das dificuldades de comunicação, pois é nela que as famílias têm acesso à aprendizagem da Libras.

A forma como a pessoa surda é tratada em casa irá determinar a imagem que ela terá de si mesma (Stelling, 1999), porque é na família que muitos dos valores, das crenças e dos costumes transmitidos de geração para geração são repassados por meio da linguagem.

Considerações finais

É importante entender que para haver uma integração entre os portadores de deficiência auditiva, é necessário que haja um compromisso entre a família, profissionais especializados e a escola.

A família tem papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo e na manutenção da saúde de seus membros. A comunicação tem sido a maior dificuldade encontrada pelas famílias, porém, a escola tem sido identificada como elemento facilitador do convívio da família com o surdo.

Ouvir é normalmente uma importante fonte de agradáveis experiências sociais, provavelmente nenhuma incapacidade produza danos maiores no desenvolvimento do indivíduo do que a deficiência grave e precoce da audição. Aprende-se a falar e a escrever porque se pode ouvir. Aprende-se a compreender a fala dos outros, porque se pode ouvir e, também se aprende como empregar a linguagem para a comunicação porque pode-se ouvir.

Vygotsky (1990:112) acredita que a criança não nasce com seu desenvolvimento pré-determinado. Ao contrário, a sua exposição a uma cultura e língua específica determina sua forma de perceber o mundo e a si mesma.

Escrito por Rosi Mari de Souza Bruneli
Qui, 15 de Dezembro de 2005 21:00

O desenvolvimento lingüístico do aluno surdo, em uma proposta bilingüe, dependerá, da qualidade e quantidade da imersão do aluno em ambas as línguas, Português ou LIBRAS.

Em uma escola própria ou especial para surdos, com filosofia bilingüe, há uma maior imersão dos alunos surdos em ambiente de LIBRAS o que, a princípio, irá propiciar um maior desenvolvimento desta língua comparativamente ao Português oral. Há também uma tendência dos alunos para utilizarem exclusivamente LIBRAS, já que esta língua é percebida visualmente com muito maior facilidade que a leitura labial e esta é a língua de comunicação dos surdos entre si. Se o projeto pedagógico da escola, o processo ensino-aprendizagem e as devidas adaptações curriculares forem de qualidade, tendo à frente um professor bilingüe capacitado e motivado, os alunos poderão obter um eficiente desenvolvimento cognitivo. Na escola própria para surdos, por se tratar de um ambiente mais acolhedor, os alunos tendem a apresentar uma melhor adaptação emocional já que os níveis de competição e estresse são menores.

A família, a escola e a sociedade, precisam acreditar que se o deficiente auditivo for trabalhado desde cedo, e houver uma estimulação pedagógica correta e intensa será capaz de integrar-se perfeitamente, já que intelectualmente, não tem nenhum comprometimento que o impeça de aprender, desenvolver e apresentar um desempenho semelhante ao do indivíduo de audição normal.

Referências Bibliográficas

- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Caderno Dívida Externa, n. 06, 1994.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição(1988). Brasília, CF. _____, Lei de Diretrizes e Bases da Educação(9394/96). Ministério da Educação e Cultura. Brasília, DF, 1996.
- BRITO, M. W. et al. Crianças surdas e suas famílias: um panorama geral. Psicologia: Reflexão e Crítica. Porto Alegre, v 12, n 2, p. 429-445, 1999.
- FERNANDES, S. F. Critérios diferenciados de avaliação na língua portuguesa para estudantes surdos. Curitiba: SEED,1999.
- FERREIRA, Izabel, Neves. Caminhos do aprender: uma alternativa par a criança DM. Brasília: CORDE, 1993.
- FURQUIM, Maria L. de Almeida. Manual administrativo para Educação Especial. Secretaria do Estado da Educação e da Cultura. Curitiba, dezembro, 1990.
- GÓES, M. R. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GOMES. Educação para família: uma proposta de trabalho preventivo. Rev. Bras. Cres. Des. Hum., São Paulo, v. 4, n.5, p. 34-39, 1994.
- LIMA, R. P. et al. Reflexão sobre um trabalho com famílias. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-39,1999.
- LORA, A. A. B. A família orientada como condição básica para o desenvolvimento da criança portadora de doença auditiva. Dissertação (Mestrado). PUC, São Paulo, 1984.
- POWELL, T. et al. Irmãos especiais. Técnicas de orientação e apoio para o relacionamento com o deficiente. São Paulo:Maltese-Norma, 1992.

O direito da acessibilidade e comunicação dos surdos: uma integração possível

Escrito por Rosi Mari de Souza Bruneli
Qui, 15 de Dezembro de 2005 21:00

PRADO, D. O que é família. São Paulo: Braziliense, 1988. RIBAS, J. B. C. O que são pessoas deficientes. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ROCHA, V. L. F. da. Atendimento de enfermagem em saúde mental com enfoque preventivo junto a famílias em crise. 1983. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, USP, Ribeirão Preto, 1983

STELLING, E. P. A relação da pessoa surda com sua família. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n 11, p. 45-47, 1999.

SOUZA, P. Como entender: o excepcional, o deficiente mental. 1ª ed. Rio de Janeiro: RCRJ, 1984.

VIGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____ A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1990.